

XII ENAPEGS

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL

Interdisciplinaridade, inclusão e extensão:
por uma conexão de saberes entre teoria e prática

EIXO 6: GESTÃO SOCIAL E TERRITÓRIO - POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

TÍTULO DO ARTIGO

Reinaldo de Jesus Cunha¹
Sergio Ricardo de Lima²
Luiz Henrique Chad Pellon³

TEKOA KA' AGUY OUY PORÃ: (TERRITÓRIO, ESPIRITUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE OS GUARANI MBYÁ DO MUNICÍPIO DE MARICÁ-RJ)

Resumo: O presente trabalho: **Tekoa Ka' Aguy Ouy Porã, Batismo, Cura & Plantio de Alimentos Ancestral**; é o resultado de pesquisa etnográfica e participação in loco; vivencia na aldeia Mata Verde Bonita com os guaranis Mbya. No presente, pretendemos fazer um resumo da importância do plantio de alimentos saudáveis para o equilíbrio diário do modo de ser guarani (ñande reko ou tekó). A Resistência em manter-se Mata Verde Bonita, devido a instalação do Resort Maraey que pede a sua desocupação e a instalação da Aldeia Céu Azul, em Fazenda Pública, sugerida pela prefeitura de Maricá. E para fundamentar o presente artigo; usamos como fonte de pesquisa: material bibliográficos sobre políticas públicas e segurança alimentar, a realização da Cerimônia do Nhemongarái: 'alimento espiritual' realizados na Casa de Reza em que se comemora a plantação do Milho; Analisar as possíveis saídas das demandas e soluções que foram discutidas pela Comissão Guarani Yvyrupa para consolidação do território em (22); O resumo de diálogos ancestrais realizados com Darcy Tupã, Sergio Ricardo Verde e Zé Puri em novo Território. E analisar o porquê do novo território que completou dez anos, nas palavras de Dona Lídia, é a "Terra Sem Males" (yvy maraey).

Palavras-chave: **Batismo; Alimento Ancestral; Terra Sem Males.**

Abstract: Resumen de esta obra: Tekoa Ka' Aguy Ouy Porã, Bautismo, Curación y Siembra de Alimentos Ancestrales; es el resultado de la investigación etnográfica y de la participación in situ; experiencia en el pueblo Mata Verde Bonita con los Mbya Guaraní. En la actualidad pretendemos hacer un resumen de la importancia de sembrar alimentos saludables para el equilibrio diario del buen vivir guaraní. La Resistencia en mantener Mata Verde Bonita, debido a la instalación del Balneario Maraey que pide su desocupación y la instalación de Aldeia Céu Azul, en Fazenda Pública, sugerida por la alcaldía de Maricá. Y para fundamentar este artículo; utilizamos como fuente de investigación: material bibliográfico sobre políticas públicas y seguridad alimentaria, como Mumbuca; la realización de la Ceremonia Nhemongarái: 'alimento espiritual' realizada en la Casa de Reza en la que se celebra la siembra del maíz; Analizar los posibles resultados de las demandas y soluciones discutidas por la Comisión Guaraní Yvyrupa para la consolidación del territorio en (22); El resumen de los diálogos ancestrales realizados

¹ Mestrando em Antropologia Social, UFRJ/Museu Nacional – reinaldopotiguara@gmail.com

² Mestrando Programa de pós-graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável, Instituto de Florestas, da Universidade Federal Rural do RJ (PPGPDS/IF/UFRRJ) – sergioricardocampanha@gmail.com

³ Doutor em Ciências. Professor Associado do Departamento de Enfermagem de Saúde Pública/UNIRIO-
luiz.pellon@unirio.br

con Darcy Tupã, Sergio Ricardo Verde y Zé Puri en Nuevo Territorio. Y analizar por qué el nuevo territorio que cumplió diez años, en palabras de doña Lúcia, es la “Tierra sin Mal”.

Palabras llave: Bautismo; Alimentos Ancestrales; Tierra Sin Mal.

Introdução: O presente trabalho ‘Tekoa Ka’ Aguy Ovy Porã, Cura & plantio de alimento ancestral’; abrange a temática da antropologia dos alimentos e o que as pessoas comem: aí incluindo uma abordagem derivada das ‘Políticas Públicas de Segurança Alimentar’, em particular nas aldeias guaranis em Maricá. Embora estejamos no Município de Maricá, município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a existência de duas aldeias Guarani Mbya, Céu Azul, e Mata Verde Bonita merecem destaque por estarem tão próximas da cidade do Rio de Janeiro. Uma vez que os fatos não estão invisíveis aos olhos nus por estarem geograficamente localizadas no município de Maricá, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: conhecer as aldeias indígenas Guarani, nem que seja a pé para uma longa caminhada de carro, bicicleta, e/ou mesmo por opção de turismo, se torna convidativo pela oportunidade de conhecer nossas origens e influências culturais que contribuíram para a nomeação de lugares, significando-os quanto as suas características principais, para a culinária, para os costumes, a estética corporal, as artes, dentre outros aspectos que se encontram imiscuídos na vida cotidiana do povo brasileiro.

Na presente pesquisa etnográfica foram realizadas pelos coautores com distintas formações interdisciplinares e trajetórias profissionais e de militância política diversas, diretamente no território indígena (*in loco*), tendo adotado no processo de diálogo com as lideranças locais (Cacica, Pajé, agentes de saúde indígena) e a comunidade, utilizando-se de ferramentas e metodologias participativas e ativas, como a observação-participante, assim como o convívio intercultural tem se intensificado, ano a ano, em dias de sol e chuva, na condição de membros do Conselho Estadual de Direitos Indígenas (CEDIND-RJ); que tem atuação desde 2018 na tentativa de defesa e construção de políticas públicas que atendam as demandas e necessidades das oito (8) aldeias indígenas do Estado do Rio de Janeiro. Dentre as etnias destacamos, as Guarani Mbyá (presentes em 6 aldeias), uma Guarani Nhandeva, falantes da língua Tupi-Guarani, e uma Pataxó localizadas nos municípios de Maricá (RMRJ) e da Costa Verde fluminense (Angra dos Reis e Paraty).

De antemão, é preciso destacar a presença destas aldeias indígenas próximas a centros urbanos e instaladas em regiões litorâneas e costeiras onde o “preço da terra” é objeto de forte ganância por pressão do mercado imobiliário-financeiro. Ou seja, a crescente especulação imobiliária tem intensificado a supressão vegetal (desmatamento) das áreas remanescentes do Bioma Mata Atlântica existentes no entorno destas aldeias, o que é visto tanto pelas comunidades, quanto por conselheiros/as do CEDIND-RJ e por pesquisadores/as como um empecilho e fator decisivo para o bloqueio político (e obstrução legal ou jurídica) de processos administrativos ou legislativos que visam fazer avançar a desejada demarcação e regularização fundiária das Terras Indígenas (TIs) no território fluminense; onde em pleno século XXI das 8 aldeias existentes apenas 3 delas são legalmente demarcadas (Sapukai no bairro do Bracui, em Angra dos Reis; Araponga e Itaxi Mirim de Paraty), pelo poder público. Já as 5 outras aldeias do estado ainda hoje vivenciam uma verdadeira saga, ou diáspora indígena, através de uma antiga e permanente luta pelo reconhecimento e demarcação definitiva dos seus territórios como é o caso de: Mata Verde Bonita e Céu Azul em Maricá, assim como, Rio Pequeno, Iriri e Arandu Mirim estas localizadas em Paraty. Preliminarmente, é preciso constatar que esta insegurança é geradora de tensões emocionais e psíquicas dentre os indígenas que, somada à instabilidade jurídica, são fatores que impactam diretamente na reprodução do modo de vida, o modo de ser, as condições da saúde ambiental dos territórios e a saúde coletiva dos povos indígenas.

Desta forma, os interesses econômicos do capital imobiliário-financeiro, que de acordo com David Harvey, professor e teórico da Geografia, no contexto de uma economia capitalista globalizada como a da sociedade contemporânea “na verdade, a propriedade *imobiliária*, através da renda, é expressão mais acabada do *capital* fictício”, tem interferido de forma extremamente negativa tanto sobre o **tekoá**, quanto na reprodução do “**tekó**” destas comunidades aldeadas. Para LADEIRA (1989, p. 58), a **tekohá**: “é o lugar onde se dão as condições de possibilidade do modo de ser Guarani”. Nesta visão ancestral o **tekó** é descrito como: “O modo de ser, o modo de estar, sistema, lei, costume, norma, comportamento, hábito, condição, costume Guarani”. Já Meliá (1989, p. 336) destaca que: “Sem **tekohá** não há **tekó**” e assim enfatiza: “a ecologia Guarani não se restringe à natureza, nem se define por seu valor exclusivamente produtivo... O **tekohá** significa e produz ao mesmo tempo relações econômicas, relações sociais e organização político-religiosa, essenciais para a vida Guarani.” Para os Guarany Mbyá da Aldeia Bracuí (Angra dos Reis) o significado de **tekó** é “*sistema*”.

Torna-se fundamental se contextualizar, dessa forma, o lugar que a casa de reza ocupa na tradição da cosmologia do povo guarani Mbyá, a “Opy”, Na Casa de Reza é onde são realizados os festejos, a cura dos males com recebimento do alimento espiritual. Através de cânticos, rezas e a fumaça do cachimbo sagrado (Petyngua ou pitanguá), a pajé (o) recebe as mensagens de cura para os integrantes da aldeia, através do sopro divino de Nhaderu Ete *que, na sua* cosmovisão ancestral fez Nhamandu Ru Ete, o primeiro *Nhanderu* que existiu. Segundo Brighenti: “Os elementos indispensáveis ao Tekoa são uma região de mata preservada (necessária à caça, coleta e perambulação), uma área cultivável para as plantações; e, por fim, o espaço social da aldeia, onde ficam as casas de moradia e de reza (Opy)”. Em *Novos Ensaio do estudo da teoria da Antropologia Interpretativa e Estudos Indígenas*; Clifford Geertz, (1983), assim define o estudo antropológico:

[...] “Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam nas aldeias. Você pode estudar diferentes coisas em diferentes locais, e algumas coisas — por exemplo, o que a dominação colonial faz às estruturas estabelecidas de expectativa moral — podem ser mais bem estudadas em localidades isoladas. Isso não faz do lugar o que você está estudando. [...] “A noção de “laboratório natural” tem sido igualmente perniciosa, não apenas porque a analogia é falsa — que espécie de laboratório é esse onde nenhum dos parâmetros é manipulável? —, mas porque ela leva à noção de que os dados obtidos com os estudos etnográficos são mais puros, ou mais fundamentais, ou mais sólidos, ou menos condicionados (a palavra favorita é “elementar”) do que aqueles conseguidos através de outras espécies de pesquisa social. [...] “Somente pequenos vôos de raciocínio tendem a ser efetivos em antropologia; vôos mais longos tendem a se perder em sonhos lógicos, em embrutecimentos acadêmicos com simetria forma”.

A busca constante por um espaço físico que se assemelhe à Terra Sem Males, onde os Guarani possam criar seus filhos com comida em abundância, livre de doenças, das angústias advindas da pressão fundiária e das insídias do contato com os juruá (homem branco), inscreve o processo migratório na centralidade de sua cultura. Os guarani mbyá, um dos três subgrupos guarani presentes no território brasileiro, circulam constantemente dentro de uma macro região que compreende as zonas litorâneas e próximas ao litoral da região sul sudeste do Brasil e parte do Paraguai, retornando com recorrência ao local de Origem. Na atualidade este processo de mobilidade é influenciado, também, pelo estabelecimento de vínculos conjugais, familiares, trocas econômicas, e aprendizagens em territórios sob condições sociais e ambientais diversificadas, fortalecendo assim os elos de uma extensa rede de relações movidas, principalmente, pela necessidade de “reconquistar” os territórios onde seus antepassados

deixaram marcas de sua permanência, quando circulavam livres das amarras do poder colonizador.

Para ³Hélène Clastres: “A Terra Sem Mal, é antes de tudo um lugar de abundância: o milho cresce sozinho e as flechas vão também sozinhas à caça. Uma Terra livre, sem proscricções. É a contra-ordem, a plenitude da liberdade. O trabalho e as leis são portanto, o Mal criado pela sociedade”. Já na Cerimônia do Nhemongarai, todos membros da comunidade, suas famílias, participam da cerimônia na opy’i para escutar ayvu porã dos xamoi kuery e xaryi kuery. E na Opy que acontecem os rituais. A noite todos entram na casa de reza para dançar, cantar e rezar, utilizando o petyngua. Segundo ⁴Darci da Silva - Karaí Nhe'ery, em sua monografia disponibilizado na internet:

[...] “É através do petyngua que o xamoi busca a conexão com Nhanderu para obter ayvu porã e também para abençoar todas as pessoas que estão no ritual. É com o petyngua que se fazem os agradecimentos do dia a dia e também para que seja abençoado o Nhemongarai, agradecendo todos os espíritos das crianças e dos adultos, que fortalecem o xamoi. A fumaça do cachimbo leva o pensamento das pessoas para yva. Quando se fuma o cachimbo tem que ter xerovia no que se deseja. Precisa enviar a fumaça do cachimbo para o céu e Nhanderu, através disso, terá acesso ao pensamento e assim se alcança a realização desses desejos. É através do petyngua que se busca o conhecimento sobre a cosmologia mbya. Dessa forma que rituais são praticados nas aldeias. Esses rituais e toda a cultura guarani estão ligados a nhande reko que nós guarani vivemos na tekoa. Todos esses conhecimentos nós adquirimos com xamoi kuery e com xaryi kuery, através dos ensinamentos na opy’i. Para agradecer a nhanderu, os sábios podem utilizar a palavra aguyjevete dentro da opy’i. Eu não posso falar aguyjevete fora da opy’i. Pode falar aguyjevete para os xamoi kuery e xaryi kuery e quando você busca algum conhecimento dentro da opy’i. Você pede a Nhanderu o fortalecimento da vida, a proteção à nossa família e então agradece com aguyjevete. A palavra que mais utilizamos é ha'evete, que significa obrigado. Se usa quando você agradece a um amigo pela bondade. Não se pode dizer ha'evete para Nhanderu, tem que dizer aguyjevete. (Silva, Darci, pag. 16 e 17). Os Mbya estão presentes em várias aldeias na região oriental do Paraguai, no nordeste da Argentina (província de Misiones) e no do Uruguai (nas proximidades de Montevideo). No Brasil encontram-se em aldeias situadas no interior e no litoral dos estados do sul – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul – e em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo em várias aldeias junto à Mata Atlântica. [...] “Os Mbya identificam seus “iguais”, no passado, pela lembrança do uso comum do mesmo tipo; (veste de algodão que os antigos teciam), de hábitos alimentares e expressões linguísticas. Reconhecem-se coletivamente como Ñandeva ekuéry (“todos os que somos nós”). A despeito dos diversos tipos de pressões e interferências que os Guarani vêm sofrendo no decorrer de séculos e da grande dispersão de suas aldeias, os Mbya se reconhecem plenamente enquanto grupo diferenciado. Dessa forma, apesar da ocorrência de casamentos entre os subgrupos Guarani, os Mbya mantêm uma unidade religiosa e linguística bem determinada, que lhes permite reconhecer seus iguais mesmo vivendo em aldeias separadas por grandes distâncias geográficas e envolvidos por distintas sociedades nacionais”.

A Comissão Guarani Yvyrupa, é uma comissão formada por lideranças indígenas e não indígenas, cujo o objetivo é levantar as demandas nas aldeias guaranis e buscar soluções, desde no âmbito do poder público, legislativo, executivo e judiciário, sejam na iniciativa privada, e ou mesmo: representações institucionais por meio de associação o Conselhos, como é o caso do CEDIND, (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Estado do Rio de Janeiro).⁵Os fluxos guaranis e o movimento guarani, se articulam entre as aldeias e é a intensa rede de trocas

³ Helena Clastres; Tradução Renato Editora Brasiliense 1978

⁴ Darci da Silva - Karaí Nhe'er - NHEMONGARAI: RITUAIS DE BATISMO MBYA GUARANI; Florianópolis 2020.

⁵ Comissão pró-índio de São Paulo; Guarani Mbya e Tupi
AS TROCAS E FLUXOS POPULACIONAIS: O MOVIMENTO GUARANI

e fluxos populacionais em rede. É comum encontrar os guaranis, distribuídas por uma extensa região no sul do continente.

“As diversas terras Guarani não estão isoladas, mas interligadas por redes de parentesco e reciprocidade. Os Guarani “mantêm entre si estreitas e intensas relações políticas, matrimoniais, religiosas e econômicas. Seus moradores vivem em constantes visitas uns aos outros. A população Guarani, apesar de se fixar durante períodos de até vários anos em determinadas aldeias, circula entre diferentes áreas, e dificilmente se encontram numa família pessoas que não conheçam ou não tenham vivido em outras aldeias”.

Buscando dialogar com o objetivo expresso no Eixo temático 6: GESTÃO SOCIAL E TERRITÓRIO: POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS 2023, XII edição) organizado pela Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS), cuja ementa busca “reunir reflexões acerca dos diálogos existentes entre povos originários e comunidades tradicionais, dotadas de significativo patrimônio cultural (imaterial e/ou material) e os aparatos de gestão social (in)existentes nos territórios que ocupam”, abordaremos aqui algumas das gargalos, surgidas no processo de luta e de resistência das populações indígenas aldeadas e os movimentos sociais que atuam no contexto de aldeamento em Maricá.

Na primeira parte deste trabalho, fazemos breve resumo das discussões na Opy, levantadas em Conferência da Comissão Yvyrupa; Inauguração da Casa de Reza e Batismo e Nhemongaraí do Milho. Na segunda parte deste trabalho, falamos de Diálogos Ancestrais, Puri, guarani e potiguara, ocasião em que a pedido de Darcy Tupã, fomos conhecer Zé Puri, Xiramoy, de grande respeitabilidade na comunidade, que nos permitiu através de entrevista *in loco*, conhecer um pouco da sua cultura, saber cosmológico e ancestralidade. Na terceira parte, um resumo dos gargalos, do trabalhos da Comissão Setorial de Escola Indígena Alimentos, na implantação de horta orgânica e criação de peixes. E por último: Análise conclusiva com as principais propostas e demandas apresentadas a Comissão Yvyrupa, norteadoras das ações a serem materializadas com luta.

Metodologia aplicada: Para o desenvolvimento do presente trabalho como referencial teórico, usamos como fonte de pesquisa: material bibliográficos sobre políticas públicas e segurança alimentar; A criação do Mumbuca, que tem possibilitado aos moradores de Maricá, geração de renda com compra de alimentos; A realização da Cerimônia do Nhemongaraí; evento realizado na Aldeia Mata Verde Bonita, onde são realizados rezas, confraternização através do ‘alimento espiritual’ em que se comemoram o batismo de criança e a plantação do Milho; Analisar as possíveis saídas das demandas e soluções que foram discutidas pela Comissão Guarani Yvyrupa para consolidação do território em (22); O resumo de diálogos ancestrais realizados com Darcy Tupã, Sergio Ricardo Verde e Zé Puri em novo Território. E análise conclusiva: o porquê do novo território que completou dez anos, nas palavras da pajé Dona Lídia, é a “Terra Sem Males”.

Sessão 1 - A Criação do CEDIND

O **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (CEDIND/RJ)**, é um órgão colegiado vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSOH), criado pelo Decreto Estadual no. 46.218/2018. A demanda de articulação para sua consolidação, se deveu a uma antiga reivindicação do movimento indígena fluminense que passou a ganhar maior visibilidade a partir da Ocupação Tamoio dos Povos Originários; importante movimento popular que reuniu a partir de 2006, diversas lideranças que viviam no contexto urbano do Rio de Janeiro, lideranças das aldeias fluminenses, sociedade civil organizada, que no início da luta, ocuparam o prédio do antigo do Museu do Índio, no bairro

Maracanã, que encontra-se abandonado pelo Poder Público há décadas. Ocupação Tamoio dos Povos Originários, importante movimento popular que reuniu a partir de 2006 diversas lideranças que viviam no contexto urbano do Rio de Janeiro e oriundas de outros Estados da federação, algumas lideranças das aldeias fluminenses e contaram com o apoio de sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais durante o processo de ocupação (ou re-ocupação ou retomada) do prédio antigo do Museu do Índio, no bairro Maracanã, que encontrava-se e ainda encontra-se abandonado pelo Poder Público há décadas. Posteriormente, este movimento social e político em defesa do resgate da História indígena e de sua presença secular no território fluminense e brasileiro (Pindorama = Brasil), ganhou o nome de “Aldeia Maracanã” (“Aldeia Marak'anà”) na qual se discute até hoje a criação por distintas organizações e coletivos que surgiram ou se consolidaram deste processo coletivo, por um lado, de um Centro de Referência dos Povos Originários e de outro a implantação de uma Universidade Indígena Popular e pluriétnica. Sendo que este debate que já dura mais de uma década tem sido um fator de profunda divisão interna e de disputas no movimento do movimento indígena fluminense e, enquanto este processo de fragmentação e de fracionamento interno se prolonga por tempo indeterminado, sem que haja a existência na atualidade de qualquer tipo de diálogo e cooperação política entre as partes em disputa, na prática o prédio do Museu do Índio encontra-se cotidianamente se deteriorando no sol e na chuva, já havendo ao menos desde 2021 laudos técnicos da Defesa Civil que alertam para o risco de desabamento do teto e das paredes rachadas, mofadas que podem levar inclusive à eventual desmoronamento da estrutura do prédio o que, de acordo com os técnicos responsáveis, poderá inclusive provocar acidentes e até óbitos no local. Neste contexto, a partir de 2013 a o movimento “Aldeia Maracanã” chegou a ter grande visibilidade política na mídia nacional e internacional e nas então emergentes redes sociais, em função do contexto dos mega eventos internacionais sediados na cidade do Rio de Janeiro e se somou às Jornadas de Junho e aos protestos contra a Copa da FIFA, tendo como fato unificador de diversas lutas sociais o fato do Governo do Estado do Rio de Janeiro (GOERJ) pretender promover a demolição do prédio abandonado do antigo do Museu do Índio para viabilizar a construção neste local de um estacionamento e shopping center associados à milionária reforma do Estádio do Maracanã, o que gerou uma grande revolta popular que mobilizou diversas organizações populares, setores da academia, jornalistas nacionais e estrangeiros. Desde a sua criação em 2018, o CEDIND/RJ fez diversas reuniões com sucessivos governos estaduais, e encaminhamentos de vários ofícios alertando para os riscos de desabamento da estrutura do imóvel do Museu do Índio e sobre a importância do Poder Público dar uma destinada adequada para o uso público visando o fortalecimento da memória e da História indígena. No entanto, apesar dos diversos diálogos institucionais travados em especial junto à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC), junto a diversos gestores que tem se sucedido ao longo dos anos, até hoje não há uma solução definitiva apontada por parte do Poder Público estadual que tem a responsabilidade legal pela restauração e gestão deste bem público.

A **Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)**: é uma comissão formada por lideranças indígenas e não indígenas criada em 2006, cujo o objetivo é levantar as demandas nas aldeias guaranis e buscar soluções, desde no âmbito do poder público, legislativo, executivo e judiciário, sejam na iniciativa privada, e ou mesmo junto à representações institucionais Conselhos e políticas públicas, como é o caso do CEDIND-RJ (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Estado do Rio de Janeiro). O site da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) informa que “é uma organização indígena que congrega coletivos do povo Guarani nas regiões Sul e Sudeste do Brasil na luta pela terra. O nome *Yvyrupa* é a expressão utilizada em guarani para designar a estrutura que sustenta a plataforma terrestre e, para nós, seu significado evoca o modo como sempre ocupamos o nosso território de maneira livre antes da chegada dos não indígenas,

quando não existiam as fronteiras que hoje separam nosso povo. Desde a sua fundação, em 2006, CGY vem consolidando seu protagonismo no cenário político do movimento indígena nacional, realizando suas assembleias anuais, e garantindo, pouco a pouco, vitórias importantes na longa luta em defesa dos direitos territoriais do povo Guarani. ⁶Os fluxos guaranis e o movimento guarani, se articulam entre as aldeias é a intensa rede de trocas e fluxos populacionais em rede. É comum encontrar os guaranis, distribuídas por uma extensa região no sul do continente.

“As diversas terras Guarani não estão isoladas, mas interligadas por redes de parentesco e reciprocidade. Os Guarani “mantêm entre si estreitas e intensas relações políticas, matrimoniais, religiosas e econômicas. Seus moradores vivem em constantes visitas uns aos outros. A população Guarani, apesar de se fixar durante períodos de até vários anos em determinadas aldeias, circula entre diferentes áreas, e dificilmente se encontram numa família pessoas que não conheçam ou não tenham vivido em outras aldeias”.

Atualmente o CEDIND, tem na sua composição, representantes das oito aldeias do Estado do Rio de Janeiro. Compete ao Conselho Estadual dos Direitos Indígenas - CEDIND: I - Contribuir na definição de políticas públicas e diretrizes no âmbito estadual destinada a promover direitos indígenas; II - Encaminhar denúncias de violações de direitos indígenas ocorridas no território do Estado do Rio de Janeiro; III - Receber, encaminhar e acompanhar petições, representações, denúncias ou queixas às autoridades competentes, de qualquer pessoa ou entidade, por desrespeito aos direitos indígenas individuais e coletivos assegurados na legislação em vigor; IV - Fomentar o desenvolvimento de programas sociais, econômicos, educativos, culturais, esportivos e de sustentabilidade ambiental, visando à promoção e defesa dos direitos indígenas. O CEDIND, tem a seguinte composição: I - 50% (cinquenta por cento) dos representantes neste CEDIND/RJ serão indígenas, dentre os quais caciques e lideranças indicadas pelas aldeias Guarani e Pataxó situadas nos Municípios de Paraty, Angra dos Reis e Maricá, bem como de associações e organizações indígenas representativas dos índios em contexto urbano residentes no Estado do Rio de Janeiro, conforme descrito abaixo: a) 06 (seis) representantes das seguintes aldeias e respectivos suplentes, observadas as formas próprias de organização: a 1) 01 (um) representante indicado pela Aldeia Araponga (Patrimônio, Paraty); a 2) 01 (um) representante indicado pela Aldeia Itaxim de Paratymirim (Paraty Mirim, Paraty); a 3) 01 (um) representante indicado pela Aldeia Rio Pequeno - Tekoã Ily (Barra Grande, Paraty), sendo que um de seus dois suplentes representará a Aldeia Pataxó do Iriiri (Paraty); a 4) 01 (um) representante indicado pela Aldeia Sapukai (Bracuí, Angra dos Reis), sendo que um de seus dois suplentes representará a Aldeia Pataxó do Iriiri (Paraty); a 5) 01 (um) representante indicado pela Aldeia Céu Azul - Ara Hovy (Itaipuaçu, Maricá); a 6) 01 (um) representante indicado pela Aldeia Mata Verde Bonita - Kaaguy Hovy Porã (São José de Imbassaí, Maricá). b) 06 (seis) representantes de associações indígenas legalmente constituídas e seus respectivos suplentes e que se farão representar por indígenas com respaldo de suas comunidades indígenas que sejam representativas dos índios em contexto urbano e com trabalhos reconhecidos na questão indígena no estado do Rio de Janeiro, cuja seleção e eleição se dará em fórum específico divulgado amplamente na imprensa oficial, nas redes sociais e outros meios de comunicação pertinentes.

Sessão 2 – RITUAL NHEMONGARAI EM MATA VERDE BONITA/ BATISMO NA OPY & COMISSÃO YVYRUPA 2 a 4/8/22

Nos dias Dois à quatro de agosto de Dois Mil e Vinte Dois, na Aldeia Mata Verde Bonita, em São José do Ibassaí, Maricá, realizou-se o tradicional RITUAL NHEMONGARAI (Avxi'i)

⁶ Comissão pró-índio de São Paulo; Guarani Mbya e Tupi

momento em que celebra-se o milho sagrado para os guaranis, e/ou ritual de batismo do milho. Em dado instante, depois do almoço no primeiro dia, fomos convidados adentrar OPY (Casa de Reza), e sentarmos nas cadeiras para ouvir a Cerimônia de Abertura dos Diálogos em Conferência, Yvyrupa. Darcy Tupã, membro da Comissão Yvyrupa, abriu a solenidade Nhemongarai, convidando todas as famílias guaranis de várias aldeias presentes, lideranças indígenas (Tery) convidados, autoridades para ouvirem as lideranças. Dando início a solenidade, convidou o Amarildo com o seu (Mbaraka) violão com afinação guarani (o violão guarani, que tem cinco cordas, porque cada corda tem seu significado); E em conjunto com o Coral guarani da aldeia Tekoa Ka'Aguy Ovy Porã, para ouvirmos e cantarmos (opy'i) escutar ayvu porã dos xamoi kuery e xaryi kuery; Atrás (Nhamandu amba) altar do deus do sol, que fica na direção leste, onde nasce o sol; (Nhande kupe oeste), onde o sol se põe (nhande: nosso, kupe: costas) em homenagem (Nhanderu) nosso Pai Supremo, Deus Criador; após a pitada (Petyngua) cachimbo sagrado que traz a conexão para as falas sagradas, é utilizado nas cerimônias e também é utilizado para curar as pessoas. Logo após a saudação do Coral, foi chamada a Cacique Jurema Nunes, para a sua (Ayvu ete) fala verdadeira, que vem do nhe'e (palavra alma). Jurema resumiu a resistência dos guaranis em permanecer em Mata Verde Bonita, lugar que é sagrado para seu povo, dizendo que a comunidade quer a Titulação Definitiva por parte do poder público da Aldeia Tekoa Ka'Aguy Ovy Porã como um desejo de todos. Fez breve retrospecto as saída de Camboinhas pra Lá; Do manifesto assinado por todos da aldeia encaminhado as autoridades. E que esperava dos Xondaros (guerreiros Guarani) e a Comissão Yvyrupa, DPU, DPE, CEDIND, Prefeitura de Maricá, no fortalecimento dos ideais guaranis, e consolidação de políticas públicas, nas áreas de saúde, educação, cultura, saneamento, dentro da aldeia. Agradeceu a presença de todos nos esforços da realização da cerimônia Nhemongarai; o batismo de homens e mulheres da aldeia; esperando que tudo ocorra bem por força de Nhanderu ete. Em seguida Darcy Tupã, faz breve retrospecto da chegada na aldeia Mata Verde Bonita, e a alegria de estar neste território, onde cerâmica guaranis, encontravam-se enterradas junto ao Cemitério indígena a mais de três mil anos. Segundo Darcy: “Não acredito, a gente pode morar aqui; vamos construir aqui nossa aldeia? Então, Vamos fazer a reza aqui, e se os nossos ancestrais permitirem, a terra é nossa”, para alívio de todos. “Então foi assim, meia hora depois os parentes saíram correndo por todo canto e dizendo: vamos nos mudar logo pra aqui. A transição de sair de Camboinha pra cá levou um ano. Já tínhamos conseguido tombar a Aldeia em Camboinha, como área de território sagrado guarani. E no dia 19 de abril, vieram seis famílias. Em quinze minutos que estavam aqui, apareceu Juruá ai em frente, dizendo que era dono daqui. Na nossa chegada mapeamos tudo através de drones e só faltou a assinatura do prefeito de Maricá Quaqua. Em seguida nos mobilizamos para colocar luz, e assim estamos aqui ha dez anos. Aqui neste lugar já temos mortos enterrados aqui. E pra nossa cultura isso é muito importante; pois, na nossa cultura, o que morre é a carne e não espirito. O nosso povo está aqui antes dos colonizadores espanhóis e portugueses. Estive na França recente e estamos em articulação de realizarmos jogos indígenas na aldeia. Soube que estavam fazendo obra em cima no território indígena, fiquei muito preocupado. A prefeitura de Maricá deu alvará para construção o Resort. Eu quero entender! Pois, passados mais de dez anos aqui na aldeia; ainda não temos resolvido o problema da agua. A CRFB, diz que independentemente de estar codificado, é direito da população: saúde, educação, esporte e cultura. Meu pai antes de ir para onde repousa os mortos, três dias antes, pediu para plantarmos frutas para as crianças, laranja, banana, e outras, para que em momento de crise, possamos ter autonomia alimentar. Tirar os indígenas daqui para fazer Resort para estrangeiro é besteira. Chega de promessas das autoridades dizendo que apoia a cultura, apoia a aldeia, chega”,

lamentou. Luiz Pellon da UNIRIO, disse que não tem certeza, porque teria que perguntar a especialistas do Direito, se “o fato de ter plantações e edificações no território, é o suficiente para o usucapião; pois, o fato de ter mangueira produzindo na aldeia, não é o suficiente”, salientou. Toni Lotar contribuindo, argumentou que a prefeitura de Maricá, pediu a FUNAI em 2009, para fazer o estudo. “NA época a Secretaria de Direitos Humanos, Zeidan, que fez o estudo preliminar, da solução; pois temos o poio do CEDIND a própria Comissão Yvyrupa, que está através dos meios jurídicos, provocando o Judiciário para uma solução. Pois não faz sentido dez anos de promessas”, acrescentou. Darcy Tupã: “É verdade, aqui não foi invadida, foi prometida, e esse ano, é ano de conquistas”, emendou. Em seguida passou a palavra para Miguel Veramirim. “É importante ressaltar que os nossos xeramoy não estão mais conosco. Antigamente eles saíam por nossos territórios passando as informações, após receberem mensagens na Casa de Reza. Por isso a importância da Comissão yvyrupa, para lutar por nossos direitos aqui. Eu não me adapto morar na cidade, meu espírito não aceita. Eu posso ter dinheiro, mas meu corpo não vai aceitar. Eu vou querer voltar pra aldeia, pois aqui está a nossa saúde. Ainda quanto eu tinha doze anos, perguntaram o que é mais importante para a aldeia, era uma maneira dos tiramoy saber a opinião dos jovens. Fiquei muito reflexivo pensando, será minha família, minha casa, meu filho, meu tio, porque todos são importantes. Depois cheguei à conclusão que era a Opy. Quem vai decidir se vamos ficar aqui é Nhanderu, pois é ele que nós dar saúde, não é dinheiro, é isso”, ponderou. Em seguida foi dada a palavra para a Defensora Pública Cristiane Xavier, agradeceu a acolhida por estar aqui na aldeia pela primeira vez. “É muito importante ouvir as falas e os lugar de falas, e que possamos refletir sobre o Brasil que não está na internet, na universidade, rodas de conversas do Juruá, e talvez seja o gargalo para não conhecermos a nossa história. Porque esse dezanove de abril que aprendemos na escola é muito simples, singular, folclórica, e que não expressa a nossas necessidades. E fico me perguntando: O que as instituições estão fazendo pra essa comunidade? Tem alguma demanda relativo a documentação, agua, e outros? Pois entendo que a questão da ancestralidade e direitos indígenas devem ser preservadas. Neste momento do senso, que vai mapear as cidades, os municípios, é um momento importante para o reconhecimento da nossa cultura. Eu trabalho com a população em situação de rua para garantias de direitos, estou aqui otimista para aprender e somar com vocês aqui na aldeia”. Em seguida, falou a Dra. Tamires da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que falou do seu entusiasmo de estar na aldeia Mata Verde Bonita, e que está atuando na área de direitos humanos, e que está aqui para lutar e apoiar todas as formas de conquistas”, ressaltou. Em seguida foi dada a palavra ao Júlio Guarani, que fez breve explanação das dificuldades das aldeias, e chamou atenção aos assassinatos no campo e aldeias. “Várias lideranças estão sendo mortas. Além disso, o discurso de ódio do governo influencia a violência contra os povos indígenas. Chegamos ao absurdo de ver ao vivo até da polícia federal agir com truculência, violência, e isso preocupa. Estamos resistindo a discriminação e continuando a luta. É difícil traduzir essa violência. Chegam até falar que os Cocares dos indígenas tem que estar no museu, isso nos entristecem. Mesmo tendo royalties de petróleo em Maricá, vimos as escolas abandonadas, sem material didático, com um município rico. Nós indígenas vimos isso constantemente dentro das aldeias e é o momento da Comissão Yvyrupa, levar nossas demandas”, realçou.

Com a palavra, Dra. Gabriela da Comissão Yvyrupa, fez uma avaliação das principais dificuldades enfrentadas pelas aldeias guaranis, e da importância da luta. “Começamos no Vale do Ribeira, com mais de trezentas lideranças indígenas discutindo a criação desse nome Yvyrupa, que nos liga a todo esse globo terrestre aqui na terra. É o lugar onde vivemos, te todos

os lugares viventes. Criamos um CNPJ, e como estratégias: buscamos financiamentos, elaboração de projetos, contratação de profissionais que traduzam para o mundo Juruá, os direitos das terras guarani. O foco é a Defesa Territorial e Demarcar todas as Terras indígenas. Agente tem um governo que prega um discurso, dizendo que nenhum território vai ser demarcado. Agente tem na FUNAI, uma pessoa que está lá pra dificultar a reparação ou fazer garantir a Lei. A FUNAI, desmobilizou internamente os Departamentos Internos, para dificultar as Homologações de Terras Indígenas. E seu papel não está sendo cumprido, como: identificar, delimitar, demarcar terras indígenas; Coordenar e implementar políticas voltadas a proteção dos povos indígenas isolados e recém descobertos; Elaborar ações que visem assegurar a diversidade cultural entre os diferente grupos étnicos; conservar e recuperar as terras indígenas, no que tange à paisagem, aos ecossistemas e aos recursos naturais e monitorar as políticas que se destinam a seguridade social e a educação escolar indígena. Ou seja: Tudo isso sem andar, sem solução. Durante muitas vezes, os pareceres da FUNAI, são contra os povos indígenas. A Terra indígena do Jaraguá, estamos sendo ameaçada, pois querem fazer empreendimento imobiliário que vai impactar a vida dos povos indígenas lá. Só queremos fazer e defender os interesses que está na lei, não é benevolência, mas cumprir o que está na CRFB, artigos 231 e 232, e fazer respeitar. Aqui em Mata Verde Bonita, tem estratégias que devemos discutir internamente dentro da comunidade. Mas qualquer licença, qualquer parecer, tem que ter a consulta a comunidade. Tem que ter a consulta previa e bem estabelecida. E que esse nome Maraey, ‘Terra Sem Males’, é um uso improprio desse empreendimento. E mesmo sabendo que tem povos indígenas no território, não estão sendo cumprido o protocolo. Então o que exigem além do EIA, o Estudo de Impacto Ambiental, é a consulta a aldeia. Então, tem uma condicionante de consulta aos povos indígenas, porque não estão sendo levados em consideração os estudos técnicos científicos, antropológicos, geológicos, biológicos, do modo de ser indígena. Nós não queremos só Judicializar a luta. Mas enquanto assessoria jurídica aqui nessa reunião na comunidade, é pra saber o que fazer. Existem duas ações civil pública, em andamento que não fala dessa comunidade indígena. Estamos com a DPU, estabelecendo estratégias para garantir os direitos. Não estamos aqui dizendo que o empreendimento tem que sair, estamos querendo ser ouvidos e saber os quais impactos que esse empreendimento vai causar. E ai saber se terá compensação; se vamos sair, se vamos para outro lugar. Mas tem que ter amparo científico. É muito estranho vir para Mata Verde Bonita, e com uma boa relação com a prefeitura de Maricá, os órgãos responsáveis pela questão fundiária não participem. Eu não sou sozinha, é uma equipe de trabalho, administrativa que faz a comissão funcionar” ratificou. Com a palavra Toni Lotar, disse que chegou a hora da Comissão Yvyrupa, local, se articular. “Precisamos mostrar a prefeitura de Maricá, a situação real, para dotar a comunidade de autonomia alimentar. Não somos contra ninguém, a penas queremos os nossos direitos. Conquanto CEDIND, nós votamos o total apoio a permanência da comunidade Mata Verde Bonita” resumiu. Darcy Tupã, com a palavra, disse que a luta indígena é de todos os povos indígenas. As crianças aqui na aldeias são muito ligada na escola, elas gostam muito. Tem boa merenda, professores, e as crianças gostam. Eu vou em Paraty Mirim, eu vejo uma escola que foi construindo pelos mais velhos, funcionando precariamente, faltando material didático e isso me entristece. Aqui se tivermos água, teremos tudo. Eu fico muito emocionado, mas acredito que vamos conquistar muita coisa ainda”, refletiu.

Em seguida foi dada a palavra a Reinaldo Potiguara, o mesmo defendeu o direito da permanência dos guaranis em Mata Verde Bonita, e a titulação em definitivo com a demarcação. “É importante ressaltar que os indígenas tem direito o direito a uma qualidade de

vida satisfatório; E que as autoridades, a prefeitura de Maricá tem que se empenhar em consolidar a permanência na aldeia. É bom lembrar que os guaranis já estão aqui muito antes dos portugueses e espanhóis conquistarem esse território. E o direito a uma boa qualidade de vida está assegurado na Convenção Sobre Povos Tribais, a OIT 169, ao qual o Brasil é signatário. E o Juruá com suas leis tentam desconhecer um direito natural, que é anterior a própria constituição deste estado. Estamos falando em uma antítese, em que se sustenta na família, no trabalho coletivo, no respeito ao próximo, a não depredação, poluição, defesa do ecossistema equilibrado. E Isso é o DNA guarani. Essa cosmovisão guarani antecede a escrita do branco, suas leis e costumes. Como disse Pierre de Clastres, em A Sociedade Contra o Estado: A luta do povo guarani ela é natural contra o estado, porque não estamos falando de reis, imperadores, governadores, de gestão pública de estado, mas de um estado natural, em perfeita harmonia, equilíbrio com a mãe terra. Os brancos estão preocupados no acúmulos de bens, dinheiro e poder. Os povos originários estão preocupados em ter uma vida serena, sadia, com a graça de Nhanderu. Os liberais do governo, falam em estado mínimo, que o estado não tem que ter regulação, mas é só da boca pra fora. Porém, quando estão lá, utilizam o estado para favorecerem suas empresas e seus familiares. E se tem uma Universidade, academia como diz o Juruá. Eu entendo que academia é aqui na OPY, na casa de reza. Os brancos tem muito que aprender com o modo de ser guarani. E pra mim é muito gratificante estar com os guaranis, aprender, ter a oportunidade desse momento de cura. Almoçar coletivamente, dançar, tomar chá, falar com os mais velhos. Ter a oportunidade de ter um momento de cura espiritual. com a oração do pajé; respirar o ar, andar descalço, ter uma prosa. Tudo isso pra mim, é qualidade de vida e não acumulo de bens. A nossa riqueza é nossa saúde. Não é demais pedir ajuda a prefeitura de Maricá, da sua intervenção, de seu apoio institucional. Percebemos já a presença do estado, através da Companhia de Limpeza; Dos agentes de Saúde; Profissionais de Educação; Segurança pública. Mas o que falta? Em se tratando de administração pública, falta a presença física dos órgãos ambientais, jurídicos para a consolidação do território. E a Comissão Yvyrupa, tem essa tarefa da articulação jurídico político; mas não só isso. Queremos uma troca sadia como cidadão desse país. E essa solenidade do milho; inauguração da Opy, do batismo de nossas criança, possam nos energizar, e que saiamos daqui uma pessoa muito melhor”, agradeceu. Com a palavra Dra. Cristiane Xavier da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, fez uma crítica ao imobilismo para identificar a necessidade da Aldeia Mata Verde. “Vamos saber qual as demandas: Já sabemos que a água é uma delas. Então, precisamos ver a dimensão dos fatos administrativos, sensibilizar as autoridades, para ver o resultado dessa mobilização. Não adianta eu falar várias coisas nesse mundo programático, sem ter certeza das ações concretas. Tenho que chamar o poder público municipal? Estadual? Temos projetos para buscar recursos, eu não sei? E uma vez não tendo êxito, buscar outras intervenções. Uma delas é a realização da Casa de Reza. O Resort é um complicador e os problemas são diversos, são vários no estado, sabemos disso. Mas a resistência a tudo isso não tem preço, faz parte de uma consciência cidadã. Essa intervenção pra mim já está marcada como referência. Então o que precisamos: precisamos sim de instrumentos de atuação para focar me projetos viáveis nas aldeias. Eu digo: vamos avançar um passo e depois outro. Como Defensora Pública, eu gosto de realizações. Pensar em solução e é essa força da minha contribuição, sejam: com a Cacique, o poder municipal, a secretaria do Meio Ambiente, o que podemos fazer? Isso é o que meu coração está dizendo”, concluiu. Com a palavra Vandeley, da Aldeia Céu Azul de Maricá, agradeceu a Comissão Yvyrupa, e que está sendo articulado uma parceria com a prefeitura de Maricá, um lugar melhor, um espaço para nossos povo. E que um encontro como esse, traz melhorias pra nossas comunidades. Sem a garantia do espaço, do território, não se tem saúde.

Essas palavras sagradas, com união vamos trazer direitos. Está na hora de a gente se organizar, mandar ofício, bater na porta de Juruá, porque tudo tem limites. Eu fecho por aqui minha fala, e espero que façamos a articulação com outras aldeias para consolidar nossos direitos”, sintenizou. Em seguida, passou-se a Celebração de Inauguração da Casa de Reza, com cânticos de louvor a Nhanderu Ete; Os Xondaros (guerreiros guarani) começaram fumar o Petyngua; A pajé em momento de Cura, limpou o território com sua espiritualidade elevada. Após a oração coletiva, a limpeza da alma, podemos sair da Opy, com a certeza da cura.

Sessão 3 - Encontro das Ancestralidades Guarani, Purí e Potiguara na Aldeia Tekoa Ka'Aguy Ovy Porã, Maricá: Zé Purí, Darcy Tupã, Reinaldo potiguara, Sergio Verde Potiguara e Wendel Purí; Na Cerimônia do Nhemongaraí & Comissão Guarani Yvyrupa, 02/á/04//08/22.

As quatorze horas do dia do quatro de agosto de 2022, ocasião de confraternização da Inauguração da Casa de Reza (Opy); realização da Cerimônia do Nhemongaraí & Comissão Guarani Yvyrupa. Em bato papo informal e a pedido de Darcy Tupã; Fomos conhecer Zé Purí, 69 anos, parente de Darcy que se encontra em convívio e morando na aldeia guarani à mais de 10 anos, na Aldeia Tekoa Ka'Aguy Ovy Porã. Depois de bate papo informal, em uma roda de conversa embaixo de uma árvore, próximo a OPY Darcy Tupã, nós chama atenção, com relação a conhecermos uma figura na aldeia de bastante prestígio, seu parente Zé Purí. Segundo Darcy, o seu parente purí, que mora ali perto, é pessoa sabia, de muito prestígio, e que deveríamos conhece-lo. Com a concordância de todos, nos dirigimos para casa do Zé Purí, a poucos metros do rio. Ao chegarmos fomos bem recebidos por ele. Darcy Tupã, falou que desejaríamos trocar uma prosa sobre a sua permanência ali na aldeia; O que prontamente houve concordância de falar conosco. Com a palavra, Darcy Tupã fez uma breve apresentação do Purí, afirmando: “Zé Purí, além de conselheiro; apoiador; construtor; mateiro; erveiro; é líder incontestado, e reconhecido pelo nosso povo guarani com uma grande liderança”. Abrindo o diálogo proposto por Darcy. Sergio Ricardo Potiguara, faz breve retrospecto sobre o bioma da mata atlântica; da importância dos diálogos que estamos realizado da três etnias: potiguara; purí e guarani na aldeia Mata Verde Bonita, que em guarani: chama-se, Tekoa Ka'Aguy Ovy; Da importância de falarmos de cosmovisões e sensações diferentes e Legado Guarani; A herança da sabedoria Guarani Mbya, na Cerimônia Nhemongaraí & Comissão Guarani Yvyrupa. Com a palavra, Darcy Tupã: “Acredito muito em Nhandearu (Deus), que nessa passagem pela terra, nos proporciona uma caminhada especial em nossas vidas”. E continua: “Conheci seu Zé Purí, através de sua filha Nama em passeio no Rio. Nos casamos, tivemos dois filhos, e com o convívio tive oportunidade de conhece-lo em MG, Sete Lagoas, um lugar conhecido como Serra do Cipó”. Segundo Darcy, a filha falava e comentava muito dele até que nos conhecemos”. Darcy descreveu Zé Purí, como uma pessoa pequena em estatura: “O legal que por ter um metro de índio, ninguém acredita na sua capacidade como construtor; Mas é um excelente construtor”, salientou. “Conheci ele construindo uma casa gigante, não acreditei que um índio tão pequeno pudesse construir aquela casa. A nossa história é assim, coisa de família, de parente. Hoje Zé Purí, faz dez anos na aqui na Aldeia Mata Verde Bonita”. Com relação a lideranças respeitadas pelos guaranis do Estado do Rio de Janeiro, argumenta: “Existe dois que nós reconhecemos como ‘Xeromoy’, guerreiros: Augustinho’ (Karai Tataendy) de Araponga e Zé Purí, que hoje mora e faz parte da Aldeia Gurarani”. Para Darcy, tanto Augustinho como Zé Purí, tem muita força espiritual, conexão com a natureza; que nos guia para bom caminho e uma vida melhor”. Com relação a Zé Purí, conta um segredo: “Desejo resolver a sua aposentadoria”. E continua: “Ainda não está aposentado, mas é o nosso desejo, que ele tenha seus direitos garantidos para

uma vida digna”. Contando um pouco da sua história de vida, Zé Purí, nos conta: “Eu vim de Minas Gerais, em um lugar conhecido como Jaboticatubas, na ‘Serra do Cipó’, em ‘Conceição do Mato Dentro’, beirando a Serra na estrada Rio abaixo. Minha família foi nascido e criada dentro do mato, dentro da roça. Nós roçava tudo e plantava de tudo. Tudo que plantávamos, colhíamos e guardávamos para as despesas futuras”. Essa rotina, fazíamos todos os anos. Meu avô tinha 50 alqueires de Mato que deixou para os filhos. Ele não deixava agente destruir o mato. Ele dizia: “Não está vendo aquela varinha ali” descrevendo. “Daqui a dez anos ela plantada, é uma peça para fazer uma casa. Se você cortar, o que você vai ter no futuro? Ele dizia: deixa o mato crescer”, não corta o mato”. Dentro da nossa terra, tinha um correquinho que me chamava atenção, disse: “você não está vendo agente buscar aquela agua quando o rio enche?” Aquela agua limpinha que bebemos?” E que o córrego depois de três dias, a agua abaixo, no fundo está limpa; o lixo se acumula embaixo e em cima está limpo. O lixo fica acumulada na superfície, e em cima está limpo? Não é assim em uma lata d’água, descreve? E continua descrevendo a fala do seu pai: “Não pode cortar nada, senão não vamos ter agua quando precisarmos”, resmungava. “Assim, nós fomos criados: bebendo remédio do mato com casca de raiz, sementes e folhas. A minha avó era tratadeira. O nome dela é Maria Gomes Ferreira, e meu pai, Miguel Lopes. A minha Vó, foi pega no Laço, em uma emboscada e levada para casa do meu pai. Aos poucos foram convivendo e vivendo. A minha mãe era braba de mais. Eles tiveram que ir amansando ela, convivendo até ela se tranquilizar”. Com relação à ancestralidade, conta: “Eu fiquei com dois sangues: um por parte da minha mãe e outra por meu pai. Por parte da minha mãe eu sou Purí. Eu sou o primeiro neto da família, e minha avó tinha muito respeito e carinho comigo. Como descendente Purí, eu tinha enorme prazer de falar com ela”, relembra. “Eu costumava ir pro mato, amolar o facão para plantar. Ela dizia: corta essa raiz, corta essa planta, para fazer remédio. E foi assim que aprendi com ela. Nunca precisei usar os remédios da farmácia; nunca precisei ir ao hospital até hoje”, descreve. “Meu remédio é da natureza, é do mato”. Com relação ao fumo, descreve: “Comecei a fumar cigarro de palha na roça, aos 15 anos. Era tanto mosquito que agente fumava cigarro para espantar os mosquitos. Meu avô falava: “acende um cigarro ai meu filho e vai soltando essa fumaça para espantar os mosquitos”. Até hoje eu fumo, não tem como parar. Ai aprendi com meu avô plantar, cuidar das coisas. Ele não tinha muita criação de bichos, ele não gostava. Ele dizia que não ia mexer com essas coisas: ‘deixa o mato ai’ dizia. Eu puxei meu avô nesse ponto. É bonito ver a planta crescer, agente respirar esse oxigênio pela manhã, sentir o cheiro da flor com orvalho”, resmunga. “Isso é remédio pra nós, é saúde”. Fazendo um paralelo entre homem e mulher, descreve: “O homem quando se casa, ele arruma uma mulher e tem que cuidar dela; Assim é também com a flor é do mesmo jeito; Você tem que cuidar dela para ela viver bem”. Dando ênfase ao seu raciocínio diz: “Se você tiver um jarro de planta e deixar lá por três meses, abandonada, você vai encontrar ela seca. Então, assim como a mulher. Você tem que olhar para planta para saber se ela tem praga ou não, ai você retira aquela que está contaminando e corta; procura saber se ela está precisando de agua; Se precisa de sombra, o que ela está precisando, igualzinho a mulher. Hoje eu chego lá em casa do meu pai, ainda hoje no correquinho tem agua limpa. Mas se cortar o mato ai não tem não; não vai ter nada. Então, é assim que vamos zelando pela vida. Eu não tive estudo, não tive como estudar. A escola era muito longe, não tínhamos como ir até lá. Ou você trabalhava ou estudava. As vezes ficávamos anos sem ter dinheiro no bolso”. Com relação aos alimentos, descreve. “Quando não tínhamos e precisávamos de um alimento: trocávamos milho por feijão; porco, por outro animal, ou comida com quem tinha”. As coisas eram muito longe, diz; “Nos andávamos desde das seis da manhã até as seis da noite pra comprar um pouquinho de café pra torrar em casa, e as vezes não achava. Quando você

encontrava, você ganhava o dia. Tudo era muito difícil. Da minha casa a Sete Lagoas era cem quilômetros. O Cara vinha de longe, de lá pra vender aqueles algodão, milho aqui e retornar. Em Sete Lagoas tinha uma fazenda, um armazém muito grande; Tinha um curral para entregar, pesar as coisas e deixar lá. Ali você vendia seus produtos e pegava o que precisava”. Com relação ao transporte de carro, diz: Quando eu vi um carro pela primeira vez na vida na minha terra, era coisa doutro mundo” descreve. “Hoje, eu sentado aqui veio um helicóptero aqui bem perto, no céu, filmando tudo”, em sinal de espanto. Sergio Ricardo, retruca: “Deve ser os espanhóis”, uma alusão ao Resort Maraney, que quer retirar os indígenas de ‘Mata Verde Bonita’. Darcy aproveita para fazer uma crítica ao uso do celular na Aldeia e os cuidados com essa nova tecnologia, e a influência da bebida alcoólica: “Essa coisa do celular aqui na aldeia, temos que ter cuidado. Devemos chamar atenção, falar com os jovens da implicação dessa tecnologia quando entra na aldeia; Do problema da bebida alcoólica, e as consequências que ela traz; tanto pelos prejuízos que ela acarreta, e sua parte negativa. A bebida alcoólica já trouxe transtornos para nós, é uma coisa que temos que estar atentos”. E pra isso diz: “E, nada melhor agente falar com os mais velhos, e receber seus conselhos e ensinamentos”. Com orgulho fala do Instituto Nhandereko Mbya, Guarani, que surge para trabalhar a temática indígena, a cultura guarani, e ressalta: “Com esse Instituto, pretendo trabalhar a cultura guarani, a memória dos nossos ancestrais mais velhos”, adiantou. “E hoje, com a Comissão Yvyrupa, os parceiros como o CEDIND, em articulação nas aldeias, para lutar e conquistas, vejo isso como momento importante, para nós, com a criação do CEDIND, um Conselho Estadual dos Direitos Indígenas no Estado do Rio de Janeiro, para reivindicarmos os nossos direitos com Juruá”, o branco. Com relação aos nossos mais velhos, diz; São nossa fonte de sabedoria; pois, quando eles morrem vão para a moradia sagrada, eles levam todo os seus conhecimentos. E nós aprendendo com eles, levamos na fala, no gesto, no olhar, essa sabedoria”. Com a palavra Darcy Tupã, fala dá Cerimônia Nhemongaraí; & Comissão Guarani Yvyrupa. Dá importância do encontro para conscientização dos jovens guaranis, que está sendo realizado em Mata Verde Bonita: “Esse encontro é pra isso: ‘a qualidade de vida’. A música guarani fala também isso, da busca pelo lugar sagrado. E esse encontro Yvyrupa, é para repensar nossas vidas, nossa caminhada; O parto sagrado na aldeia; a nossa pintura; o nosso cocar e a nossa maneira de ser; É uma forma de nos estruturar. É preciso um trabalho de valorização aos indígenas, porque Juruá já estigmatizou os povos indígenas, dizendo que não tem mais índio, que foram assimilados o que não é verdade. A justificativa é que tem smartfone e carro Hilux”. Sergio Ricardo Verde Potiguara, aparteou dizendo: “A retorica é sempre a mesma: eles não são mais daqui, não são indígenas. Quando no Brasil, tudo é território indígena, todos somos indígenas; Nós não estamos aqui?”, questionou. Darcy Tupã: “Você ver que as pessoas se enganam quando falam do nosso povo. Fizeram uma pesquisa de solo aqui perto e acharam cerâmica guarani a mais de três mil anos. Esse registro é uma prova, de que não precisamos dizer pra nós, que já estávamos aqui antes dos portugueses”. Seu zé Puri, emendando: “Aqui já era terra que os índios ocupavam, muito antes da chegada dos portugueses”. Com alusão a costa brasileira de muitos rios e oceanos, diz Puri: ‘Quando teve o dilúvio, ele não foi no mundo inteiro não’, indagou? “Eu entendo que o dilúvio não aconteceu em toda parte do mundo, mais sim em uma metade do mundo”, criticou. “Aqui em 1500 os portugueses quando desceram mar abaixo, percorrendo o caminho do dilúvio. Eles perceberam que uma parte da terra estava seca, que nem tudo estava destruído. Ai ao adentrar nosso território, encontraram uma árvore chamada pau-brasil; entraram pela mata, pintaram como fotografia e levaram de volta para Portugal para mostrar seus superiores e depois voltaram. Eu acho bonito o que acontece neste momento aqui, porquê está cheio de mato. Se você passa o trator o que acontece? Acaba a aldeia. Os guaranis, são um povo que nasce dentro

do mato, valoriza o mato, por que vive dali. Eu, nasci dentro do mato plantando mandioca, milho, abobora, quiabo, outros. Nós nos alimentávamos do que a gente plantava. Apesar de não termos, dinheiro, agente plantava, tínhamos as coisas, pois agente trabalhava pra nós. Eu acredito que Deus, nos deu uma vida muito boa”. Com relação ao ser humano, ao homem urbano, assevera: “Tem uns trinta por cento da população que destroem, prejudicam a natureza. Essas pessoas eu não apoio”, reclamou. Sergio Ricardo Verde: “Estamos indo para o terceiro ano de pandemia global, com muita morte, além da devastação da natureza. E os povos guaranis nos mostram com a sua juventude, a defesa da Natureza”. Wendel: “A natureza esta aí para nos ensinar. O sistema florestal é saber indígena, e temos que mostrar isso pra os jovens”, completou, Darcy Tupã: “Os jovens do asfalto tem celular, smartfone e está sempre reclamando, sempre infeliz. E eles nos perguntam da felicidade de nossos jovens andarem descalços, brincando na areia, felizes”, adiantou. Seu Zé Purí: Minha neta anda descalça feliz”. Sergio Ricardo, a palavra Maraey, quer dizer: Terra Sem Males? ‘(Yvy marã e'ÿ em guarani, Yby marã e'ym em tupi-antigo)’ “faz referência ao mito de uma terra onde não haveria fome, lugar bom pra se viver”. Com a palavra Darcy Tupã acrescenta: “A Terra Sem Males, para os guaranis. É a terra onde os guaranis podem fazer o seu Tekohá; seu convívio comunitário a sua maneira; com sua família; sua reza; pesca, e que transmite a paz. É feliz com a natureza, e aí é dado o nome de ‘Terra Sem Males’. Na terra os guaranis podem ficar um ano, dois anos, trinta anos caminhando, retornando, dando tempo para aquele Tekohá se recuperar, se fortalecer e depois retornar. Assim os guaranis viviam na beira da praia, buscando a melhor forma de viver. Eu estava fora do Rio, no Paraná a trabalho, onde me formei em História em dois mil e cinco. Daí minha mãe me chamou, dizendo que encontrou uma terra, aqui em Camboinhas, que ela sonhou “A terra Sem Males”, salientou. Sergio Ricardo Verde: “Os guaranis em Camboinhas estavam fazendo o caminho de Volta”, completou. Darcy Tupã: “Camboninhas tem cemitério indígena guarani. Os indígenas daqui do Rio, quando adentraram o território tiveram contatos com os Goitacazes, e tem muita morte, ossadas de indígenas aqui. É corpos em cima de corpos. Na criação do povo guarani, usaram algodão e madeira, para formar o povo guarani. A ponta do arco e flecha quando envergado, mostra toda a sua força”. Zé Purí: “O algodão, o café tem uma explicação? Elas foram escolhida para enfeitar a bandeira do Brasil, com um galho de café e umas estrelinhas”. Darcy Tupã: “Na aldeia Tekohá Guarita no Rio Grande do Sul, meu pai vem de lá, de Tenente Portela. Eu vim no colo de meu pai. Eu não me lembro como era a aldeia lá. Onde ele viveu eu ainda não fui”. Sergio Ricardo Verde: “Seu pai fundou várias aldeias, seu Pedro de Oliveira”. Darcy Tupã: Meu pai quando adolescente foi amolar uma lima e quebrou. Meu pai saiu correndo. Ele meu avô era muito brabo. Quando a noite ele foi dormir, ameaçou colocar agua quente na sua mãe, por ter defendido, e fugiu. Depois disso nunca mas teve contato com sua família. Ai ele chegou na aldeia Tekohá Guarita e conheceu minha mãe com dezesseis e meu pai tinha quatorze anos, e resolveram viver juntos. Na época chamaram os caciques e ele fez o teste pra ver se podia casar e tudo começou. Daí ele migrou para Tekohá Toldo, Santa Catarina, depois Topava, aldeia Bugiu. Depois foi para aldeia Jacutinga. Depois ele retorna para Santa Catarina. Meu pai foi um ser de luz, os índios Xokleng e Kaingang do Rio Grande do Sul, gostavam muito deles. Depois meu pai veio para o Rio, conquistar a Aldeia Araponga, que na época estava com o cacique Alcebias. Depois ele chamou o cacique Augustinho para tomar conta. Depois a convite ele recebeu o convite do Miguel Benites, (Karai Tataxi) para ir para Paraty Mirim, para lutar pela Demarcação. E depois a Aldeia Camboinhas. No presente que ter apoio ao Instituto Nhandereko para contar a história do meu pai, dos lugares onde meu pai e passou, gravar depoimentos e contar. Guardar esse material como uma patrimônio de preservação da cultura guarani. Eu não quero lembrar só o tumulo do meu pai. Eu quero que

ele seja visitado como uma personalidade importante”. Contou. Zé Purí: “A Escola hoje da Aldeia Guarani Para Poty Nhe Ë Já”, foi ele que ajudou a construir”. Sergio Ricardo Verde: “Fazer um Livro para guardar a memória. Como diz Juruá: O Branco gosta de tudo escrito na cascara da arvore; E nem percebe que a arvore sofre com os cortes e desmatamento. Também pode ser digital. Ta aí, um lado bom da tecnologia, para poder disponibilizar as fotos, depoimentos; o Brasil precisa conhecer isso”, concluiu. Darcy Tupã: Minha mãe Lídia Nunes, de noventa e três anos é pajé, curandeira, uma pessoa sabia. A união deles por Nhanderu Ete, deu ao meu pai essa força. Embora eles se separaram de carne, o espirito não se separa. Eles viveram junto até a morte de meu pai, só assim se separaram. A minha mãe continua aqui, é uma pessoa forte. Eu quero que as conquistas aqui em Mata Verde Bonita, seja realizados com a presença dela, com a nossa Demarcação. Relembrando: Quando eu fui tirar os bambus do mato para a construção do Instituto Nhandereko. O meu pai ficou muito feliz com a construção. Ele me chamou e me ofereceu um vinho que ele tinha ganhado no Natal, e já fazia dois anos, para nós comemorarmos. E ele fez questão em uma sexta feira ao meio dia com todos os filhos. E nessa sexta para o sábado três horas da manhã ele foi embora, Ele fez um ritual tudo muito sagrado. Então, com relação ao meu pai e minha mãe, um compartilhou com o outro; A sabedoria do meu pai com a sabedoria da minha mãe. Um foi o equilíbrio do outro na caminhada. Meus pais tiveram dez filhos, cinco homens e cinco mulheres. Todos nasceram de parto feito pelo meu pai dentro do Mato. Eu lembro que eu pegava e tomava conta dos meus irmãos menores. Depois, vinte minutos depois, ele trazia a criança chorando. São saberes ancestrais”, finaliza.

Sessão 4 - Comissão Setorial de Escola Indígena Alimentos

A criação da Comissão Setorial de Escola Indígena Alimentos, foi criado pelo Grupo de Trabalho Sobre Segurança Alimentar no Estado do Rio de Janeiro, criada pela (DPE-RJ – NUCORA/ Núcleo de Combate ao Racismo e à Discriminação Étnico-Racial) em novembro de 2021, com o objetivo inicial acompanhar e fiscalizar o cumprimento das Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, e instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, que estabeleceu os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, além de determinar ao poder público a responsabilidade legal de implantar estas políticas; assim como da Lei Federal no. 11.947/2009 que instituiu o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e determina a obrigatoriedade ao poder público de adquirir pelo menos 30% (trinta por cento) da produção agrícola feita nas aldeias, para destiná-los para o consumo nas escolas indígenas existentes em algumas comunidades. Os princípios básicos da Segurança Alimentar, preceitua o fomento e deverá conter políticas, programas e ações relacionados, entre outros, aos seguintes temas:

[...] “O Capítulo IX - Das Disposições Transitórias assim define no Art. 22, assim define: I - oferta de alimentos aos estudantes, trabalhadores e pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar; II - transferência de renda; III - educação para segurança alimentar e nutricional; IV - apoio a pessoas com necessidades alimentares especiais; V - fortalecimento da agricultura familiar e da produção urbana e periurbana de alimentos; VI - aquisição governamental de alimentos provenientes da agricultura familiar para o abastecimento e formação de estoques; VII - mecanismos de garantia de preços mínimos para os produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade; VIII - acesso à terra; IX - conservação, manejo e uso sustentável da agrobiodiversidade; X - alimentação e nutrição para a saúde; XI - vigilância sanitária; XII - acesso à água de qualidade para consumo e produção; XIII - assistência humanitária internacional e cooperação Sul-Sul em segurança alimentar e nutricional; e XIV - segurança alimentar e nutricional de povos indígenas, quilombolas, demais povos e comunidades tradicionais”.

O CEDIND, Conselho Estadual dos Direitos Indígenas, através da Comissão Setorial de Escola Indígena Alimentos; Grupo de trabalho na Segurança alimentar nas aldeias indígenas do Estado

do Rio de Janeiro; tem feito diversas reuniões a fim de garantir a alimentação saudável e de qualidade nas Aldeias de Paraty, Angra e Maricá, através da produção de alimentos na própria aldeia e fomento à aquisição, pelo poder público, dos insumos produzidos; Com base na vigência da Lei Federal no 11.346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Segundo o que preceitua a Lei: O objetivo é "assegurar o direito humano à alimentação adequada" e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN; dos Direitos sociais, culturais e territoriais assegurados aos Povos Indígenas previstos na CF de 1988 e assegurados na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no que diz respeito à consulta prévia, livre e informada em relação à adoção de Políticas Públicas junto aos territórios historicamente ocupados pelos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)". A comissão apontou a necessidade do respeito às comunidades tradicionais: orientadas pela prévia escuta e diálogo com estas comunidades, pelo respeito à sua cosmovisão ancestral e às características socioculturais e étnicas que regem o modo de reprodução da vida e a alimentação destes grupos sociais e de sua relação com a Natureza, assim como consideramos relevante preservar e manter a tradicionalidade das práticas oriundas da agricultura indígena e a conservação ambiental dos territórios. Dentre as prioridades aprovadas na reunião, destacou-se a necessidade da Capacitação dos Aldeados para os cursos: sistemas agroflorestais; piscicultura; criação de suínos e bovinos; e auxílio à comunidade para implementação: Horta orgânica ou agroecológica; Horta medicinal a partir das plantas ou ervas de cura já tradicionalmente utilizada pelos indígenas; Pomar de frutíferas (inclusive de espécies do bioma Mata Atlântica associados a sistemas agroflorestais); Plantio de subsistência (aipim, feijão, milho, abóbora, etc); Galinheiro caipira; Tanque de piscicultura; Chiqueiro. E para materializar os objetivos: foram encaminhados Ofícios para “EMBRAPA; EMATER; FIPERJ; SECRETARIAS MUNICIPAIS (ANGRA, PARATY E MARICÁ) DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA; SESAI e a FUNAI, para reunião online com os Conselheiros do CEDIND, no dia 29/03/22, para uma nova reunião com O NUCORA - NÚCLEO DE COMBATE AO RACISMO E À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Na reunião do dia 29/03/22 a reunião apontou para os parceiros previamente convidados: para que apontassem como efetivamente podiam ajudar no apoio à implantação da Segurança Alimentar nas Aldeias. Todas as instituições se comprometeram a apoiar inicialmente em Maricá, já que a prefeitura local, está entusiasta em apoiar com equipamentos: trator para arar a terra; um agrônomo para o estudo do solo; doação de sementes; entrega de água potável em carro pipas; dessalinização ou filtragem da água de poços artesianos; capacitação técnica dos indígenas; A criação de Horta orgânica; Pomar de frutíferas (inclusive com espécies nativas da mata atlântica; Plantio de subsistência (aipim, feijão, milho, abóbora, etc); Construção de galinheiro caipira; Implantação de tanque de piscicultura, alevinos e ração; Implantação de chiqueiro para criação de suínos; Insumos tais como sementes, mudas, alevinos e outros necessários à execução do projeto. Segundo o indigenista Toni Lotar, a prefeitura de Maricá está escolhendo novo território para consolidação das duas aldeias: ‘Tekoa Ka’ Aguy Ovy Porã’ e Ara Hovy (Itapuaçu). Segundo ele: “Com relação à aldeia Mata Verde não existe um processo de expulsão. O que ocorre é uma oportunidade da prefeitura com o empreendimento de adquirir outra área consentida pela comunidade como melhor do que a área atual, tendo o compromisso de transformar em uma área indígena que se torne terra pública em Maricá”. Com relação a Aldeia Ara Rovy, O ambientalista Sérgio Ricardo Verde do Grumim, apontou:

“A comunidade tem atualmente cerca de 9 famílias e 34 pessoas que variam de 0 a 13 anos, sendo 4 bebês; Falta água para consumo no local; Não há saneamento básico; A prefeitura embora disponibilize caminhão pipa, o volume é insuficiente para as famílias; As caixas d’águas tem capacidade para 8 mil litros, e elas estão descobertas (apesar de terem tampas), com matéria orgânica no fundo; Na escola na

Aldeia a água não é adequada; A problemas de coleta de Lixo; e por último: A comunidade espera um novo em acordo com a prefeitura de Maricá, local onde possa planar e colher alimentos sem veneno”.

No presente a aldeia Aldeia Ara Rovy, conhecida como Céu Azul, está em entendimento com a prefeitura de Maricá, para mudar para um novo espaço conhecida como “fazenda pública” ainda em estudo para mudança para o novo território, e assim com o novo local, poder plantar e cultivar os próprios alimentos. Em Mata Verde Bonita, podemos ver atualmente muitos progressos relativos ao plantio de mudas de alimentos, como: milho, aipim, batata doce, tomate, e já colhem bananas e outros frutos. Isso se deve por maior apoio institucional da prefeitura de Maricá e iniciativa dos indígenas. Não é demais lembrar que a ocupação guarani Mbyá do litoral se deu especialmente em altitudes um pouco acima do nível do mar, onde podem vislumbrar o pôr do sol, e onde também a experiência com a agricultura possui o diferencial dos microclimas locais que garantem regime de chuvas mais frequentes, temperaturas mais amenas e solos mais fortalecidos pela presença abundante de biomassa florestal. No entanto, devido a salinização do solo e o déficit hídrico acentuado por longos período de estiagem no município de Maricá, ainda não foi possível se obter um retorno satisfatório na produção do milho sagrado guarani sem a adoção de práticas convencionais de correção química do solo e aração. Cumpre ressaltar que apesar, do vasto conhecimento agrícola acumulado ao longo dos séculos pelo povo Guarani Mbyá, faz-se necessário incluir no rol dos investimentos em políticas públicas a adequação das práticas agrárias a modelos agroecológicos e agroflorestais, conhecidos também como “plantadores de água”, por sua capacidade de replicar os sistemas naturais que acumulam carbono e produzem retenção hídrica em sistemas produtivos que tem a diversificação de culturas sua base fundante. Tal proposta encontra na sacralização do milho ancestral um campo fértil para construção de sistemas produtivos que vão ao encontro do papel secularmente desenvolvido pelos Guarani Mbyá na produção e guarda de sementes ancestrais crioulas, e na inserção das florestas, também, como alimento da vida do solo, da produção de água e da harmonia da vida social e espiritual. O arbusto Maricá, dá nome ao município que acolhe duas aldeias indígenas Guarani Mbyá, e refere-se a uma espécie arbórea que desempenha importante papel no sistema sucessional da mata Atlântica, criando condições para emergência de novas espécies que desempenharão um papel de equilíbrio ecossistêmico e autoregulação nas florestas biodiversas. Neste sentido, faz-se necessário manter a esperança de que o município de Maricá possa desempenhar, em analogia à função ecossistêmica desta espécie, um importante papel de garantir um campo de políticas sociais inabaláveis diante das ameaças do liberalismo econômico que assedia frequentemente a relação ancestral dos povos tradicionais com seus territórios. Implica em pensar o município como um cenário para o desenvolvimento e afloramento de ideias e projetos de vida que contribuem para a coexistência pacífica entre a diversidade de culturas e modos de vida, onde os Guarani Mbya figuram com sua vasta contribuição ao processo civilizacional, através de seu histórico de convivência harmônica com outros povos, ideias, saberes e práticas.

Conclusões

A Tekoa aldeia Ka’Aguy Hovy Porã, ‘Aldeia Mata Verde Bonita’, está localizada em uma área de Proteção Ambiental, em São José de Imbassaí, fica no município de Maricá. Segundo a pajé Lidia Nunes, a Aldeia Mata Verde Bonita ou, Ka’Aguy Hovy Porã, é a nova “Terra Sem Males”, Segundo suas palavras: “Aqui é um bom viver, criar os netos, plantar, colher e semear a vida”. Segundo estudos antropológicos de Pablo Antunha Barbosa e Tônico Benites, 2009, a respeito de Mata Verde Bonita:

“É Aldeia da Bela Floresta Verde” devido ao mato existente no “Morro do Mololó” e de que todos gostaram muito. Segundo Lídia, as coisas vão ficar muito melhor agora, pois, todos poderão ter sua casa

e sua roça. Dizem que ao caminhar pela área, mesmo se ainda não conheceram tudo, encontraram muitos remédios, plantas, frutas e que seguramente encontrarão mais coisas. Comentaram também que o lugar é bom porque tem muitas árvores e porque avistaram os rastros de alguns bichos. Sobre a mata existente no Morro do Mololó, dizem que só vão “usar mesmo para material. Não falta lenha no local. Tem muita lenha e não precisará cortar árvores”

O Local hoje, segundo a Cacique Jurema, tem consenso de todo grupo Mbya, conforme abaixo assinado entregue as autoridades:

“Alguns fatores importantes influenciaram a decisão de cada, e levando em consideração a área, terra boa para o plantio, a escola, a nossa casa de reza, a oca de artesanato, as moradias que todos tem, e os que não tem, está em processo final, decidirem ficar no local. E mais importante que foi levado em conta na hora da decisão é que temos o nosso cemitério, que além de ser muito sagrado; Sair das terras atuais significaria remover nossos entes queridos do seu descanso e reviver toda a dor da perda novamente. Então com base em tudo que dissemos nesses dez anos, de nossas vidas, onde tivemos perdas e nascimentos, permanecemos aqui”.

Para Darcy Tupã, estamos tratando de Cemitério indígena cuja a presença guarani consta a mais de três mil anos. E que o convite para permanência ali foi feito pelo Ex prefeito de Maricá, Quaqua, e que a Ex Secretaria de Direitos Humanos Zaidam, inclusive solicitou estudos a FUNAI, para a materialização da Aldeia Tekoa Ka'Aguy Ovy Porã. Passados dez anos no local, entre idas e vindas com a administração municipal, falta o Documento comprobatório e definitivo da Titularidade da Terra. Neste sentido, com a Criação da Comissão Yvyrupa, e definições propostas pela comuna guarani Mbya, foram apontados diversas soluções, a começar: 1- Titulação da Terra Onde Encontrasse Aldeia Mata Verde Bonita; 2 -Regularidade da Agua, pois agua recebida em carro pipa, é pouca para todas as famílias; 3- Construção de Escola descente e Contratação de professores para o ensino guarani e português; 4-Saneamento básico na aldeia, pois o que existe são foças; 5- Mudas para os plantios de sementes de frutas; 6 - Criação de um Aquífero para peixes; 7- Reflorestamento; 8- Contratação de Médicos e Enfermeiros para o posto de Saúde Comunitário; 9 -Segurança ao Entorno da Aldeia; 10- Proteção da APA, Restinga de Maricá; 11- Mudança da Aldeia Céu Azul, para fazenda com infraestrutura adequada; 12 - Ecoturismo em visitas guiadas para venda do artesanato;13- Coleta de plantas medicinais da APA, para preservação e utilidade; 14 - Cogestão de vendas futuras de produção local de alimentos, com apoio do poder público; 15-Judicialização de Demandas da Comunidade junto ao poder judiciário;16- área de lazer para as atividades esportivas; 17- Parceria público privada para melhorias viárias do local. Segundo Darcy Tupã, as coisas melhoraram muito nesses dez anos, mas ainda falta muita coisa. Em particular disse Tupã: “Gostaria de cumprir o desejo de meu pai, que ao sair ao encontro de Nhanderu, pediu para que plantássemos bananeiras e outras frutas para a autossuficiência da aldeia em momentos de crise, e sublinhou: “Esse é o meu sonho”, completou. “Os guaranis sabem que viver na terra é um desafio diário, pois, doenças, mortes, violências e destruição, é uma constante. Daí a importância de estar com o coração aberto a Nhanderu Etê; Ouvir os Xeromõy, os mais velhos, pois deles herdamos a educação que é passado de pai pra filho, neto, bisneto, tataraneto, em cadeia para as novas e futuras gerações”. Muita coisa mudou para a nossa comunidade diz Darcy, pois hoje é possível contar com a ajuda da prefeitura de Maricá, para a escola e creche da aldeia; na capina do mato; do saneamento básico que estão construindo pela companhia de Saneamento (Semear) com a doação de caixas de água potável para o abastecimentos das quarenta casas, creche e escola da aldeia. Através da construção de fossas sépticas com sumidouro, a comunidade tem o fornecimento periódico de água potável por meio de caminhão pipa para o atendimento de 180 indígenas residentes. Segundo o que noticiou a [imprensa](#), tanto

a prefeitura como os indígenas ficaram muitos satisfeitos pela iniciativa: “Estamos muito felizes porque precisamos muito desses serviços; hoje é um pouco diferente quando chegamos aqui, diz Darcy Turpã: “pois no início não se podia fazer nada por estarmos aqui sem a legalização. Agora que completamos dez anos, aos poucos nossas necessidades estão sendo atendidas. Outra questão central, diz Miguel Veramirim: “é poder empregar indígenas da comunidade para trabalhar em parceria com a prefeitura de Maricá no posto de saúde e a escola da comunidade”. Com relação ao Bolsa Família: nem todos recebem, diz Iracema que trabalha no posto de saúde da comunidade. “Mas alguns que recebem tem uma ajuda importante para a manutenção da família, que contam também com a ajuda de 300 reais da Mumbuca”. Além disso diz Darcy: “Estou indo a Brasília representar os caciques do Rio, como representante da comissão Yvyrupa; a nossa pauta com os Ministros do Supremo Tribunal Federal e com o Ministério dos Povos Indígenas, é a dos [13 territórios já demarcados](#) que aguardam apenas a assinatura presidencial, são elas:

[...] “TI Aldeia Velha, pertencente ao povo Pataxó, em Porto Seguro, Bahia; TI Kariri-Xocó, do povo Kariri Xocó, no município de São Brás, Alagoas; TI Potiguara de Monte, do povo Potiguara, em Marcação, na Paraíba; TI Xukuru-Kariri, do povo homônimo, no município de Palmeiras dos Índios, Alagoas; TI de Tremembé da Barra do Mundaú, do povo Tremembé, em Itapipoca, no Ceará; TI Morro dos Cavalos, do povo guarani, em Palhoça, em Santa Catarina; TI Rio dos Índios, do povo Kaingang, em Vicente Dutra, no Rio Grande do Sul; TI Toldo Imbu, povo Kaingang, no município de Abelardo Luz, em Santa Catarina; TI de Cacique Fontoura, Karajá, município de Luciara, em São Félix do Araguaia, no Mato Grosso; TI Arara do Rio Amônia, do povo Arara, do município de Marechal Thaumaturgo, no Acre; TI Rio Gregório, da etnia Katukina, em Tarauacá, no Acre; TI Uneiuxi, do povo Nadahup, em Santa Isabel do Rio Negro, no Amazonas; TI Acapuri de Cima, do povo Kokama, no município de Fonte Boa, no Amazonas”.

Outra articulação diz respeito ao Marco Temporal que será votado pelos ministros do STF. Segundo Darcy Tupã, aqui no Rio de Janeiro, nós temos aldeias guarani, purí e pataxó, que lutam pela demarcação. Em Rio Pequeno, as lideranças estão sendo perseguidas pela prefeitura e empresários que são contra a delimitação da aldeia que já foi feita. As lideranças aguardam o desfecho do processo que está no STF. O que diz o Marco Temporal:

[...] “O Marco Temporal é uma tese jurídica que busca estabelecer uma data a partir de quando um território pode ser considerado uma Terra Indígena – 5 de outubro de 1988, dia da promulgação da Constituição Federal. [Diversos juristas, lideranças e ativistas consideram essa ideia inconstitucional](#). Primeiro, porque a Carta Magna de 1988, em seu artigo 231, fala nos “direitos originários” dos povos indígenas; ou seja, seus direitos são anteriores à própria formação do Brasil e não tem data para começar a valer ou expirar”.

Outro fator a salientar é a monocultura e manipulação de sementes por parte de empresas poderosas que nos faz consumir veneno e cúmplices do genocídio. Não é preciso ir longe para apontar a morte por câncer, que são milhares devido [à má alimentação](#) que consumimos e somos levados a consumir por empresas alimentícias. No mínimo podemos ter uma reflexão crítica a partir da análise da professora [Manuela Carneiro da Cunha](#), da USP, e fundadora da Fundação Arns, em seu artigo nas mídias sócias. Em Indignas: a roça bonita contra o monólito ruralista, publicado em outras mídias. A mesma salienta que os povos originários também são guardiões da diversidade de alimentos. Se o agronegócio propaga abundância estéril, eles apostam na variedade de espécies, na terra compartilhada e na defesa dos direitos da natureza. Para Manuela: “Essa maneira de sugerir que os indígenas devem se parecer conosco é um discurso de assimilação. É isso que a gente chama de discurso assimilacionista”. Pois, “a realidade é que ele foi usado para escravizar indígenas, usado para despossuí-los de terras. Sempre foi um

discurso que os prejudicou, porque os forçava a abandonar a sua própria tradição e a sua própria visão do que era bom viver”.

[...] “Quando o Bolsonaro e o seu governo retomam essa conversa, que eles são nossos irmãos, que eles têm direito de ser como nós e que a gente deve deixá-los vir a ser iguaizinhos a nós, esse tipo de coisa, não só é retrógrado ou abertamente ultrapassado, como é muito ignorante do aporte essencial que esses povos indígenas trouxeram, especialmente no final do século 20 e no século 21. Porque os povos indígenas são os grandes guardiões das florestas, e isso está sendo reconhecido não só internacionalmente, mas também, finalmente, aqui dentro, no Brasil. Essa contribuição é extraordinária, mas há uma outra contribuição que é muito importante: a maneira de viver dos povos indígenas é completamente diferente do modo do agronegócio usar esses territórios. Quando se vê o estabelecimento do agronegócio, há uma imensa área coberta por exatamente a mesma variedade, não só a mesma planta, mas a mesma variedade da planta. E isso é resultado, em grande parte, da Revolução Verde, que foi uma iniciativa de depois da Segunda Guerra Mundial, que usou um discurso alarmista de que a população ia crescer e que não haveria comida para essa população crescente”. [...] “Tem uma coisa super importante dos povos indígenas, que é a mobilidade. Os indígenas têm direitos de propriedade. Não entendem as suas roças como sendo propriedade deles. É uma coisa temporária. Eles têm direitos sobre tudo o que eles fizeram lá, são produtos do seu trabalho, mas não existe a ideia de propriedade da terra. É uma terra que é compartilhada. Quem trabalhou essa terra tem direitos sobre ela, mas depois abandona, passa para outros ou devolve para a floresta e vai para outro lugar, criar uma nova aldeia. Por isso, eles precisam de um território grande, em que possam se mover. É uma coisa essencial para a preservação da floresta e da diversidade agrícola. É uma coisa que o governo dificilmente entende”.

Com relação a conquistas e participação da administração da prefeitura de Maricá na Aldeia Mata Verde Bonita. Podemos afirmar que a Tekoa, goza de apoio institucional na área de saúde, educação, coleta de lixo, esporte e cultura. E isso é muito bom em momento de desesperança que passou o Brasil com o Ex. presidente Jair Bolsonaro. [É possível vislumbrarmos um Brasil melhor](#) a partir da criação do Ministério dos Povos Indígenas e da Nova Funai. Concluído a conquista da ‘Terra Sem Males’, nas palavras de Zé Purí, o mesmo assim resumiu: “Veja a minha neta ali, só anda, pisa no chão descalço... é assim que como me sinto, livre”. Muita coisa hoje na aldeia se planta e se colhe, como: milho, tomate, cebolinha, aipim, batata doce, dentre outros. Tem um rio que passa na aldeia onde os guaranis pegam Tilápia em abundância para o sustento de suas famílias. É possível hoje com parceria com a prefeitura de Maricá, a articulação de festivais de músicas, olimpíadas e o fortalecimento ao turismo em Mata Verde Bonita. O que é bom para todos. Finalizando nas palavras de Darcy Tupã: “O sonho de meu pai ‘Pedro Oliveira’, está acontecendo, pois hoje podemos dizer que por outros meios, que nós temos alimentos para toda aldeia. Hoje plantamos frutas, legumes, ervas medicinais que já usufruímos: as crianças estudam na creche e na escola comunitária com apoio da prefeitura... O seu sonho virou realidade”, finalizou.

Agradecimentos

A pajé do Lídia Nunes pela bondade no coração; A Darcy Tupã, Agnaldo Nunes e Miguel Veramirim, Cacique jurema, pela acolhida na aldeia. A comissão organizadora, do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - ENAPEGS 2023 - Interdisciplinaridade, inclusão e extensão: por uma conexão de saberes entre teoria e prática; em particular o EIXO 6 -Alexandre Gollo (UFRRJ), Edmir Amanajás Celestino (UFRRJ), Eliane Maria Ribeiro da Silva (EMBRAPA), Izabel Missagia de Mattos (UFRRJ), Nelson Russo de Moraes (UNIFESP).

Referências

A participação dos indígenas em eleições e organicidade de estado: <https://www.aula.org.br/Editorias2023/Artigos-Cientificos/Participacao-Indigena-nas-eleicoes-2022-V2023.pdf>

A educação indígena no caminho da onça e etnocídio de estado: <https://www.aula.org.br/Editorias2023/Artigos-Cientificos/A-Educacao-Indigena-no-Caminho-da-Onca-V2023.pdf>

Entrevista Com Sidney Mintz: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 38, p. 381-395, jul./dez. 2012: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Mgw5Gv46MTbypnwgrp46Dnq/?format=pdf&lang=pt>

Geertz, Clifford. 1997 (1983). Saber local. Novos Ensaios de Antropologia Interpretativa. Rio de Janeiro: Vozes. - Cap. 3: Do ponto de vista dos nativos: A natureza do entendimento antropológico. (85-107)

Indignas: a roça bonita contra o monólito ruralista <https://outraspalavras.net/outrasmidias/indigenas-a-roca-bonita-contra-o-monolito-ruralista/?fbclid=IwAR2a4ASP7sHKHX6NsT0EBuPFDGhX8m7yHxflWlh7ZGndXWg1RB8S777tYi0>

MINTZ, Sidney W. Comida e Antropologia: uma breve revisão. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V 16, n 47, pp.31-41, 2001

Ministério dos Povos Originários, Marcos Delfino Moreira: <https://www.ihu.unisinos.br/624764-ministerio-dos-povos-originarios-capaz-de-responder-as-muitas-demandas-todas-relacionadas-com-o-protagonismo-indigena-entrevista-especial-com-marco-delfino-de-almeida>

Cartilha do “Protocolo de consulta prévia Tekoa Itaxi Mirim – Guarani Mbya, Terra Indígena Parati Mirim”. Elaboração: ACIGUA (Associação Comunitária Indígena Guarani), FUNAI, ICMBio/APA de Cairuçu, Projeto ETNO/NIDES – UFRJ e apoio do Museu do Índio. Paraty: 2018.

GALLO, Edmundo e Nascimento, Vagner (Org.). O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados. Paraty, RJ: FIOCRUZ, 2019.

CUNHA, B.; GUIMARÃES, B. N.; SOBRAL, A.; SANTOS, R. V. População indígena o caso do Estado do Rio de Janeiro nos Censos Demográficos de 2000 e 2010. REVISTA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, v. 16, p. 69- 95, 2019.

PELLON, Luiz Henrique Chad. Tensões interculturais e os impactos no processo saúde-doença na população Guarani Mbyá do município de Aracruz, Espírito Santo. Tese de Mestrado em Enfermagem (2006 – 2008). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em: <<http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-24300.PDF>>.